

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MATHEUS BIASUTTI CUPERTINO DE CASTRO

**O REGIME JURÍDICO DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS NO  
BRASIL**

Curitiba

2017

MATHEUS BIASUTTI CUPERTINO DE CASTRO

**O REGIME JURÍDICO DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS NO  
BRASIL**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Direito Ambiental, no Curso de Pós-Graduação em Direito Ambiental, Setor de Ciências Agrárias, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profª. Me. Fernanda Schuhli Bourges

Curitiba

2017

## RESUMO

O escopo desse trabalho consiste no estudo do regime jurídico das infrações ambientais no Brasil, isto é, qual seria a modalidade de responsabilização aplicada aos infratores de normas administrativas no cenário do ordenamento jurídico pátrio. Para tanto, faz-se uso de doutrinadores de referência, assim como julgados de tribunais brasileiros que enfrentaram o tema no percurso de suas decisões, sem esquecer do apoio na legislação pátria sobre o tema. Fez-se questão de apontar a necessidade de solucionar a problemática aqui estudada e destacou-se as repercussões práticas que a temática têm no âmbito da Administração Pública e do Poder Judiciário. Ato contínuo, expôs-se as considerações de estudiosos da seara do direito ambiental sobre as diversas formas de responsabilização propostas na doutrina, com destaque para a responsabilização administrativa culposa; a objetiva e a culposa com inversão do ônus da prova. Ao fim, buscou-se concluir qual seria a natureza jurídica mais adequada, dentre as acima mencionadas, para se enquadrar o infrator administrativo das normas ambientais.

**Palavras-Chave:** Infração administrativa. Meio ambiente. Responsabilidade. Regime jurídico. Divergências.

## **ABSTRACT**

The scope of this paper consists in the study of the legal regime of environmental infractions in Brazil, that is, what would be the modality of accountability applied to offenders of administrative norms in the scenario of the national's legal order. To do so, reference jurists were cited, as well as decisions of nacional courts that faced the issue in the course of their cases, without forgetting the support in the Brazil legislation on the subject. It was emphasized the need to solve the problem studied here and highlighted the practical repercussions that the thematic have in the scope of the Public Administration and the Judiciary. Then, the considerations of scholars of environmental law on the various forms of accountability proposed in the doctrine, with emphasis on culpable administrative accountability, were exposed; The objective and the culpability with reversal of the burden of proof. At the end, it was sought to conclude what would be the most appropriate legal nature, among those mentioned above, to fit the administrative lawbreaker of environmental standards.

**Keywords:** Administrative infringement. Environment. Responsibility. Legal regime. Dissenting.

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>6</b>  |
| <b>2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA AMBIENTAL.....</b> | <b>7</b>  |
| 2.1 RESPONSABILIDADE OBJETIVA X RESPONSABILIDADE SUBJETIVA.....                             | 7         |
| 2.2 TEORIA DA CULPABILIDADE.....  | 8         |
| 2.3 DIVERGÊNCIA DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL.....  | 9         |
| <b>3. CONCLUSÃO .....</b>   | <b>15</b> |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>17</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A temática do meio ambiente é um assunto em voga no momento, ainda mais depois de diversos acontecimentos como o rompimento da barragem de Mariana/MG.

Soma-se a tal fato os diversos processos administrativos ambientais que tramitam nos órgãos públicos em que se discute a necessidade de dolo ou não do agente quando da prática da infração ambiental. E esta discussão jurídica tem gerado uma série de recursos administrativos, que muitas vezes acabam sendo levados ao Judiciário.

Isto porque algumas penalidades ambientais têm repercussões significativas, com imposição de multas vultuosas e sanções que podem levar ao fechamento da atividade empresarial. São consequências que causam insatisfação aos administrados, que procuram os tribunais afim de verem suas sanções revistas.

É diante desse contexto que este trabalho surgiu. Deste modo, o objetivo do presente estudo é saber qual a real classificação da responsabilização por infração administrativa ao meio ambiente, ou seja, se é objetiva, subjetiva ou de outra ordem.

Para tanto, utilizar-se-á de pesquisa na doutrina nacional que trata sobre o tema, bem como na legislação federal pertinente e julgados de tribunais pátrios que abordam a questão.

Deste modo, a presente pesquisa abordará a figura jurídica da responsabilidade subjetiva e objetiva, assim como a teoria da culpabilidade e outros elementos que permeiam a discussão do tema em estudo.

## **2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA AMBIENTAL**

### **2.1 RESPONSABILIDADE OBJETIVA X RESPONSABILIDADE SUBJETIVA**

Para melhor compreender o tema em estudo, faz-se necessário tecer breves considerações sobre as principais formas de responsabilização adotadas no Brasil, a saber: subjetiva e objetiva.

A primeira é formada pelos seguintes elementos: a) sujeito; b) culpa (sentido amplo); c) dano ou violação de dever legal e d) nexo entre a conduta praticada pelo agente e o dano. Sergio Cavalieri Filho bem conceitua a responsabilidade subjetiva:

Sendo o ato ilícito, conforme já assinalado, o conjunto de pressupostos da responsabilidade, quais seriam esses pressupostos na responsabilidade subjetiva? Há primariamente um elemento formal, que é a violação de um dever jurídico mediante conduta voluntária; um elemento subjetivo, que pode ser o dolo ou a culpa; e, ainda, um elemento causal-material, que é o dano e a respectiva relação de causalidade. (CAVALIERI FILHO, 2014, p.33)

A segunda tem todos os pressupostos acima citados, a exceção da culpa. Na responsabilidade objetiva, é irrelevante a vontade ou não do agente. Basta que haja o dano e o respectivo nexo causal entre a ação ou omissão do indivíduo e o dano que haverá, regra geral, a responsabilização.

Sobre a teoria objetiva da responsabilidade, doutrina Luís Paulo Sirvinskaskas:

Ao contrário da teoria subjetiva, a objetiva não exige a demonstração da culpa, ou seja, o agente responderá pelos danos causados independentemente da culpa. Basta a demonstração da existência do fato ou do ato – dano e nexo causal. Essa responsabilidade consiste no ressarcimento dos danos causados pelo agente mesmo que ele não tenha agido com culpa. (SIRVINSKAS, 2013, p. 257)

Feitos os esclarecimentos sobre as modalidades de responsabilidade, parte-se agora para outro elemento que permeia a discussão em tela.

## 2.2 TEORIA DA CULPABILIDADE

Muito abordada na temática criminal, a teoria da culpabilidade acaba por refletir no presente estudo, especialmente quando se fala de direito administrativo sancionador e suas repercussões.

Isto se dá em virtude da proximidade entre a sistemática presente nas infrações administrativas e nas infrações ambientais, em que é previsto uma série de princípios semelhantes, inclusive no processo de apuração de responsabilidades.

É nesse contexto que muito bem esclarece Marçal Justen Filho:

As sanções administrativas apresentem configuração próxima às sanções de natureza penal, sujeitando-se a regime jurídico senão idêntico, ao menos semelhante. Os princípios fundamentais de direito penal vêm sendo aplicados no âmbito do direito administrativo repressivo. (JUSTEN FILHO, 2015, p. 591)

Dito isto, tal teoria, que tem traços de princípio, por decorrer do próprio princípio da dignidade da pessoa humana e do devido processo legal, nas palavras de Rogério Greco, traduz-se no seguinte:

Culpabilidade diz respeito ao juízo de censura, ao juízo de reprovabilidade que se faz sobre a conduta típica e ilícita praticada pelo agente. Reprovável ou censurável é aquela conduta levada a efeito pelo agente que, nas condições em que se encontrava, podia agir de outro modo. (GRECO, 2011, p. 89)

Em síntese, no direito penal, adota-se a regra de que não se pode responsabilizar criminalmente, de forma objetiva, ou seja, é necessário que o Estado prove que o cidadão agiu com dolo e culpa (a depender do caso) afim de cometer a infração prevista em lei.

Como bem pondera Maria Luiza Machado Granziera,

O segundo critério refere-se à culpabilidade, que determina a responsabilidade penal. Não vigora, no direito penal, a responsabilidade objetiva, aplicável no campo da responsabilidade civil. Em matéria penal, é imprescindível que se comprove o elemento subjetivo da conduta – dolo ou a culpa – do agente. (GRANZIERA, 2011, p. 729)



Essa sistemática é usada na discussão do objeto aqui em análise, na medida em que se faz a aproximação entre a infração administrativa e sua respectiva sanção com a ideia de penalização presente na legislação penal.

## 2.3 DIVERGÊNCIA DOUTRINÁRIA E JURISPRUDENCIAL

A temática em apreciação não encontra consenso entre os estudiosos e tampouco dentre as Cortes de Justiça do Brasil, fato que gera grande insegurança jurídica e críticas por parte dos jurisdicionados.

O meio ambiente é tratado na Constituição Federal de 1988, de forma mais específica, no artigo 225 em que prevê ser direito de todos ter um meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à vida e bem de uso comum do povo.

Em seguida, no §3º do citado dispositivo, o legislador constitucional previu que as três esferas de responsabilidade ambientais:

As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. (BRASIL, 1988)

Afim de regular, em parte, tal dispositivo da Carta Maior, foi aprovada a Lei nº 9.605/1998, que trata das “sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente”.

No artigo 70 da Lei nº 9.605/1998, conceitua-se infração administrativa ambiental como sendo toda ação ou omissão que infrinja as disposições de recuperação, uso, promoção, gozo e proteção do meio ambiente (BRASIL, 1998).

Lembrando que tais infrações e suas respectivas sanções, por força do princípio da legalidade, devem ser previstas em lei.

Conforme a definição legal acima mencionada, inexistente necessidade de dano. Basta que o agente cause quaisquer das condutas previstas na legislação para que haja a responsabilização administrativas, seguindo as garantias e procedimentos previstos para o processamento da infração em âmbito administrativo.

A Lei nº 9.605/1998, no artigo 72, traz dez tipos de sanções por infrações administrativas, a saber: i) advertência; ii) multa simples; iii) multa diária; iv)

apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; v) destruição ou inutilização do produto; vi) suspensão de venda e fabricação do produto; vii) embargo de obra ou atividade; viii) demolição de obra; ix) suspensão total ou parcial das atividades e x) restritivas de direitos. (BRASIL, 1998)

Neste contexto, Paulo Affonso Leme Machado defende que apenas a multa simples entrará na sistemática da responsabilidade subjetiva. As demais, o infrator responderá independentemente de culpa. Diz referido autor:

Das 10 sanções previstas no art. 72 da Lei 9.605/1998 (incisos I a XI), somente a multa simples utilizará o critério da responsabilidade com culpa; e as outras nove sanções, inclusive a multa diária, irão utilizar o critério da responsabilidade sem culpa ou objetiva, continuando a seguir o sistema da Lei 6.938/1981, onde não há necessidade de serem aferidos o dolo e a negligência do infrator submetido ao processo. (MACHADO, 2014, p. 374)

Em posição contrária, Rafael Ferreira Filippin advoga a tese da responsabilidade subjetiva:

Portanto, as regras em vigor que instituem a responsabilidade administrativa ambiental podem e devem ser interpretadas de modo compatível com a lógica do direito repressivo em geral, a fim de que o princípio da dignidade humana (culpabilidade), que caracteriza o Estado Democrático de Direito instituído na Constituição de 1988, seja observado, como verdadeiro limite à ação repressiva das autoridades ambientais. (FILIPPIN, 2013, p. 3)

Em sentido similar, Ronaldo Gerd Seifert entende que basta o mínimo de voluntariedade do agente para haver a responsabilização. Todavia, nada impede que o legislador exija a culpabilidade para caracterização da infração e condenação do sujeito. Eis as considerações:

Conclui-se, por fim, que pela sistemática constitucional a responsabilidade ambiental administrativa pode nascer independentemente da culpabilidade do agente, tendo como elemento psicológico mínimo a voluntariedade. (...). Destacamos que esse entendimento não afasta a possibilidade de norma ambiental exigir para determinados tipos infracionais o exame da culpabilidade. No entanto, a culpa não é pressuposto necessário para a aplicação de sanção administrativa ambiental, a menos que dispositivo legal expresse a preveja. (SEIFERT, 2011, p. 86).

Já Édís Milaré entende que a responsabilidade seria subjetiva, mas adotando-se a teoria da culpa presumida, em que se presume a responsabilidade do

suposto infrator, que pode demonstrar sua não culpa, aplicando-se inversão do ônus da prova em favor da Administração Pública. Pondera o citado doutrinador:

Entanto, pondo em sinergia esses ensinamentos, pode-se concluir que a responsabilidade por infrações administrativas no direito ambiental é, indubitavelmente, subjetiva. O receio de que tal postura venha a ser fatal à proteção do meio ambiente é plenamente conjurado pela adoção da teoria da culpa presumida, que, como exposto, torna mais cômoda e efetiva a atividade estatal sancionatória, já que se carrega ao ombro do suposto infrator todo o fardo probatório de sua inocência. (MILARÉ, 2014, p. 352)

Na opinião de Rafael Munhoz de Mello, deve-se observar a pessoalidade no momento de aplicar a sanção ao agente, ou seja, é necessário que se prove a culpa. Eis o entendimento:

No direito administrativo sancionador deve ser observado o princípio da culpabilidade, que veda a imposição de sanção administrativa retributiva a sujeito que agiu sem dolo ou culpa stricto sensu. [...] O princípio da culpabilidade tem como corolário o princípio da pessoalidade da sanção administrativa [...] (MELLO, 2008, p. 261)

A importância do tema em estudo está intimamente relacionada com o devido processo administrativo e a motivação das decisões em sede de órgãos ambientais. Como bem pontua Ângela Issa Haonat:

A fragilidade do devido processo legal em sede dos processos administrativos ambientais reside, basicamente, na falta da fundamentação das decisões administrativas. A falta de fundamentação retira da parte o direito de perceber os seus argumentos analisados pela autoridade julgadora. Além do que, a falta da fundamentação deixa exposto um outro ponto nevrálgico, que é a discricionariedade do agente administrativo, ao adotar uma ou outra decisão, por vezes, em casos semelhantes. (HAONAT, 2011, p. 139)

Como se vê, a doutrina tem posições divergentes sobre a temática dessa pesquisa. E os Tribunais também divergem quanto ao assunto.

O Superior Tribunal de Justiça entende que a responsabilidade civil ambiental é objetiva, pela teoria do risco integral. Segundo esta teoria, o causador do dano ambiental seria responsabilizado de forma objetiva, sem necessidade de provar dolo e culpa, bastando que se prove o nexo causal entre o dano e a conduta do agente.

Contudo, há um elemento especial. Na teoria do risco integral, são afastadas excludentes de responsabilidade como fato de terceiro, culpa da vítima, caso fortuito ou força maior. Isto em virtude do risco da atividade desenvolvida e do princípio do poluidor-pagador.

Já quanto a responsabilização por infração administrativa, há decisões conflitantes.

A 2ª Turma do STJ tem decisão que considera ser subjetiva a responsabilidade:

[...] 5. Sendo assim, o STJ possui jurisprudência no sentido de que, "tratando-se de responsabilidade administrativa ambiental, o terceiro, proprietário da carga, por não ser o efetivo causador do dano ambiental, responde subjetivamente pela degradação ambiental causada pelo transportador" (AgRg no AREsp 62.584/RJ, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Rel. p/ acórdão Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe 7.10.2015).  
6. "Isso porque a aplicação de penalidades administrativas não obedece à lógica da responsabilidade objetiva da esfera cível (para reparação dos danos causados), mas deve obedecer à sistemática da teoria da culpabilidade, ou seja, a conduta deve ser cometida pelo alegado transgressor, com demonstração de seu elemento subjetivo, e com demonstração do nexo causal entre a conduta e o dano". (REsp 1.251.697/PR, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 17.4.2012). [...]  
(REsp 1401500/PR. RECURSO ESPECIAL 2013/0293137-0. Relator Ministro HERMAN BENJAMIN, STJ, SEGUNDA TURMA. Data do Julgamento: 16/08/2016).

Porém, a 1ª Turma do STJ tem julgado diametralmente oposto do *decisum* acima. É o que fixou no acórdão abaixo:

[...] 1. A responsabilidade administrativa ambiental é objetiva. Deveras, esse preceito foi expressamente inserido no nosso ordenamento com a edição da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/1981). Tanto é assim, que o § 1º do art. 14 do diploma em foco define que o poluidor é obrigado, sem que haja a exclusão das penalidades, a indenizar ou reparar os danos, independentemente da existência de culpa. Precedente: REsp 467.212/RJ, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 15/12/2003. [...]  
(REsp 1318051/RJ. RECURSO ESPECIAL 2012/0070152-3. Relator Ministro BENEDITO GONÇALVES, STJ, PRIMEIRA TURMA. Data do Julgamento: 17/03/2015)

Neste contexto, vale a pena destacar um entendimento do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que as consequências gravosas resultantes de sanções administrativas, limitadoras de direitos, não podem ultrapassar a esfera individual. Segue o julgado:

[...] Conseqüente impossibilidade de o Estado-membro sofrer limitações em sua esfera jurídica, motivadas pela só circunstância de, a ele, enquanto ente político maior, acharem-se administrativamente vinculadas as entidades paraestatais, as empresas governamentais ou as sociedades sujeitas ao seu poder de controle. [...] [...] A imposição estatal de restrições de ordem jurídica, quer se concretize na esfera judicial, quer se efetive no âmbito estritamente administrativo, para legitimar-se em face do ordenamento constitucional, supõe o efetivo respeito, pelo Poder Público, da garantia indisponível do "due process of law", assegurada à generalidade das pessoas pela Constituição da República (art. 5º, LIV), eis que o Estado, em tema de limitação de direitos, não pode exercer a sua autoridade de maneira arbitrária. [...]

(AC 266 QO/SP. Relator: Min. CELSO DE MELLO, STF, Pleno. Julgamento: 27/05/2004)

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região acompanha a posição recente do Superior Tribunal:

[...] 9. Em segundo lugar, a responsabilidade objetiva é pelo dano ambiental, para efeito de indenização civil, não alcançando a responsabilidade por infração administrativo-penal. [...]

(AC 20056 GO 0020056-89.2005.4.01.3500. TRF1, QUINTA TURMA. Publicação: e-DJF1 p.443 de 04/03/2011. Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA)

Já o Tribunal de Justiça de São Paulo tem julgado em que considera prescindível provar dolo ou culpa quando da responsabilização por infração administrativa. Tem-se como exemplo a decisão a seguir:

[...] 2.3. O dano ambiental, isoladamente, não é ensejador de responsabilidade administrativa, contrario sensu, o dano que enseja responsabilidade administrativa é aquele enquadrável como o resultado descrito em um tipo infracional ou provocado por um comportamento comissivo ou omissivo violador de regras jurídicas. Desnecessidade de dolo ou culpa, bastando a voluntariedade da conduta. [...]

(APL 30016247420138260132 SP 3001624-74.2013.8.26.0132. TJSP, 1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente. Publicação: 23/08/2016. Relator: Oswaldo Luiz Palu)

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, por sua vez, considera ser correto a responsabilidade subjetiva imputada ao agente após o devido processo administrativo:

[...] 5. A responsabilidade pelas infrações administrativas ambientais é subjetiva e exige a realização de processo administrativo na qual seja assegurado o direito de defesa. [...]

(AC 70058350190 RS. TJRS, Vigésima Segunda Câmara Cível. Publicação: Diário da Justiça do dia 20/05/2014. Relator: Maria Isabel de Azevedo Souza)

Visto isto, ao estudar a legislação ambiental, encontra-se alguns pontos que sustentam as diversas posições acima mencionadas.

A Lei nº 9.065/1998, que dispõe justamente sobre as sanções penais e administrativas de contundas contra o meio ambiente, prevê no seu artigo 79, que será aplicado subsidiariamente as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal.

Como no direito penal deve-se provar a culpa do indivíduo, o dispositivo acima citado pode embasar a tese de que o dolo é essencial para condenar o agente infrator pela prática de infração ambiental. E que caberia a Administração Pública o ônus de provar que o administrado deve ser responsabilizado.

Já para a corrente que sustenta a responsabilidade objetiva, cita-se o artigo 14, §1º da Lei nº 6.938/1981, que positiva ser o poluidor obrigado a indenizar ou reparar os danos ao meio ambiente, independentemente da existência de culpa e sem excluir a aplicação das demais penalidades legais.

Para os apoiadores dessa posição, a responsabilidade administrativa ambiental seria também objetiva, afim de maximizar a proteção ao meio ambiente, somado ao fato de que a legislação ambiental não prevê, expressamente, a necessidade de dolo para o agente que comete infração administrativa.

Ao contrário, prevê a imposição das penalidades administrativas a quem casou danos ao meio ambiente, sem que precise comprovar o dolo, bastando a conduta, o nexo causal e o prejuízo aos bens ambientais.

### 3 CONCLUSÃO

Em que pese manifestações em sentido contrário, este pesquisador entende que ao se falar em infrações administrativas, sejam elas ambientais ou não, deve-se utilizar a responsabilização subjetiva do sujeito.

Primeiro, há de se diferenciar a responsabilidade administrativa da responsabilidade civil por danos ao meio ambiente. Esta última, conforme doutrina e jurisprudência majoritária, é solidária, objetiva e ilimitada, pela aplicação dos princípios do poluidor-pagador, da *reparação in integrum*, da prioridade da reparação *in natura* e do *favor debilis*.

São esferas distintas. Uma é administrativa e a outra é civil, que tem abordagens diferentes, sendo que uma trata de infrações e penalidades, enquanto a outra se preocupa com os danos ambientais e sua reparação.

Segundo, quando se fala em aplicação de penalidade, ainda que na esfera administrativa, deve imperar a teoria da culpabilidade. Em outras palavras, a ação ou omissão perpetrada pelo suposto infrator deve ter demonstrada, com prova do seu elemento subjetivo de dolo ou culpa. É uma forma de individualizar a sanção administrativa na seara ambiental.

A corrente que advoga pela responsabilidade objetiva, com todo o respeito, confunde as esferas cível e administrativa, esquecendo que quando se fala de sanção por infração, a lógica é a mesma aplicada ao direito penal, em que é exigido a positivação clara tanto da infração quanto da sua respectiva penalidade.

E ao analisar pena e sanção, a culpabilidade do agente precisa ser auferida para que o Estado possa corretamente julgar se a pessoa é ou não culpada pelo possível cometimento de transgressão de norma ambiental.

Assim, um órgão ou entidade competente em matéria ambiental deve observar, em seus processos administrativos de apuração de infrações previstas na legislação ambiental, o contraditório e a ampla defesa, além de processar o acusado sob a ótica da responsabilidade subjetiva.

Para haver condenação, é imprescindível que haja dolo ou culpa do agente, na análise do caso concreto e do tipo de ilícito ao qual foi o particular enquadrado, seguindo todas as regras e princípios do artigo 95 do Decreto nº 6.514/2008.

Ora, o fato do meio ambiente ser um bem jurídico de maior importância para a sociedade do presente e do futuro, não pode justificar uma condenação, nem

administrativa e tão pouco judicial. Aqui a discussão é sobre o cometimento de um ilícito administrativo, por assim dizer, e não acerca da indenização por danos causados à natureza.

O Estado teria de provar ou não a existência do dolo do agente no cometimento da infração administrativa.

Outrossim, não basta que os órgãos ambientais forneçam as garantias formais previstas na legislação. Deve-se respeitar e aplicar, de fato, os preceitos constitucionais do processo administrativo ambiental em seu aspecto material, em especial, quanto a motivação das decisões em sede administrativa.

Por isso é importante que haja um entendimento padronizado em todos os órgãos responsáveis por apurar infrações ambientais, para que o jurisdicionado possa ter segurança jurídica, respeitando-se o princípio constitucional do devido processo legal.

O meio ambiente é um bem primordial para a vida do ser humano, mas esse não pode ter seus direitos básicos retirados em custa da persecução penal-administrativa do Estado.



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>.

Acesso em: 02 jun. 2017.

BRASIL. Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 jul. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm)>.

Acesso em: 01 jun. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm)>. Acesso em: 30 mar. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.638, de 31 de agosto de 1981. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 02 set. 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm)>. Acesso em: 01 jun. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1401500/PR**. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201302931370&dt\\_publicacao=13/09/2016](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201302931370&dt_publicacao=13/09/2016)>. Acesso em: 30 mar. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **REsp 1318051/RJ**. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num\\_registro=201200701523&dt\\_publicacao=12/05/2015](https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/inteiroteor/?num_registro=201200701523&dt_publicacao=12/05/2015)>. Acesso em: 30 mar. 2017.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **AC 266 QO/SP**. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=352719>>. Acesso em: 04 set. 2017.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. **AC 20056 GO 0020056-89.2005.4.01.3500**. Disponível em: <<https://trf->

1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18440565/apelacao-civel-ac-20056-go-0020056-8920054013500>. Acesso em: 30 mar. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça de São Paulo. **APL 30016247420138260132 SP 3001624-74.2013.8.26.0132**. Disponível em: <<https://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/376905222/apelacao-apl-30016247420138260132-sp-3001624-7420138260132>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **AC 70058350190 RS**. Disponível em: <<https://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/120129301/apelacao-civel-ac-70058350190-rs>>. Acesso em: 30 de mar. 2017.

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 11. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2014. 641 p.

FILIPPIN, Rafael Ferreira. Natureza jurídica da responsabilidade ambiental. **Cadernos Jurídicos OAB/PR**, Paraná, n. 47, dezembro 2013. Disponível em: <<http://admin.oabpr.org.br/imagens/caderno/artigos/110.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito Ambiental**. 2. ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2011. 776 p.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal**: parte geral, vol. 1. 13. ed., rev., apli. e atual. Rio de Janeiro: Impetus, 2011. 775 p.

HAONAT, Ângela Issa. O devido processo legal e o processo administrativo ambiental: a (in)visibilidade do hipossuficiente ambiental. 2011. 299 p. **Tese** (Doutorado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/5683/1/Angela%20Issa%20Haonat.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de Direito Administrativo**. 11. ed. ver., amp e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. 1517 p.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 22. ed., amp. e atual. São Paulo: Malheiros, 2014. 1344 p.

MELLO, Rafael Munhoz de. **Princípios constitucionais de direito administrativo sancionador**: as sanções administrativas à luz da Constituição Federal de 1988. São Paulo: Malheiros, 2008. 280 p. (Coleção Temas de Direito Administrativo, n.17).

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**. 9. ed., rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. 1680 p.

SEIFERT, Ronaldo Gerd. **Culpabilidade e responsabilidade administrativa ambiental**. Revista de Direito. São Paulo, Vol. 14, Nº. 19, Ano 2011, p. 69-91. Disponível em:  
<<http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/rdire/article/viewFile/1804/1713>>.  
Aceso em: 17 jul. 2017.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 956 p.